



SENADO FEDERAL

PARECER

Nº 322, DE 2009

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 88, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera a redação do inciso I do art. 202 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que instituiu o Código Civil, e dá outras providências.

RELATOR: Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES**

I – RELATÓRIO

Esta Comissão examina, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 88, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera a redação do inciso I do art. 202 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que instituiu o Código Civil, e dá outras providências.*

A proposta, como indica sua ementa, tem por escopo, na forma do art. 1º, alterar a redação do inciso I do art. 202 do Código Civil, para estipular que a interrupção da prescrição – que somente poderá ocorrer uma vez – dar-se-á, *na data da propositura da ação judicial, ainda que perante juiz incompetente, desde que a citação seja promovida pelo interessado no prazo e na forma da lei processual.* O art. 2º, por seu turno, determina a restauração da vigência do § 1º do art. 219 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1974 – Código de Processo Civil, *com a redação dada pela Lei nº 8.952, de 13 de dezembro de 1994.* Por fim, o art. 3º determina o início da vigência da Lei em que eventualmente se convolar o projeto na data de sua publicação.

Na justificação, afirma-se que, tal como está redigido o inciso I do art. 202 do vigente Código Civil, pode-se sustentar, *com solidez de argumentos, que o art. 219, § 1º, do Código de Processo Civil, o qual prevê a retroação dos efeitos da interrupção da prescrição à data da propositura da ação, restou revogado*, reanimando-se, de certa forma, a norma inscrita no art. 172, I, do Código Civil anterior, que havia sido expungida pelo citado art. 219, § 1º, do Diploma Adjetivo. Consigna-se, em seguida, que essa alteração *tem conseqüências nefastas de ordem prática, pois uma ação judicial, após ser proposta, pode levar um mês, dois meses ou mesmo mais de um ano para que o juiz aponha o seu despacho ordenador da citação, possibilitando até mesmo uma manobra astuciosa para se ver concretizada a prescrição pela inércia jurisdicional*.

Defende-se, finalmente, ser mais coerente com nosso sistema jurídico atribuir, à parte interessada, o poder de provocar a interrupção da prescrição mediante o simples ajuizamento da ação, estabelecendo que, para o alcance efetivo de tal intento, torna-se imprescindível a citação válida do réu – conforme dispõe o Código de Processo Civil (CPC).

II – ANÁLISE

O PLS nº 88, de 2004 não apresenta vício de regimentalidade. Com efeito, nos termos do art. 101, incisos I e II, alínea *d*, do Regimento Interno desta Casa, compete à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade dos temas que lhe são submetidos, bem como, no mérito, sobre direito civil e direito processual.

Os requisitos formais e materiais de constitucionalidade, por sua vez, são atendidos pela proposição, tendo em vista que compete privativamente à União legislar sobre direito civil e direito processual, a teor do disposto no art. 22, inciso I, da Constituição Federal (CF), bem como por não ter sido vulnerada cláusula pétrea alguma. Ademais, a matéria se insere no âmbito das atribuições do Congresso Nacional, sendo livre a iniciativa parlamentar. Por fim, não se observa a incompatibilidade entre a proposta e o texto constitucional.

No que concerne à juridicidade, o projeto se mostra irretocável, porquanto i) o *meio eleito* para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado, ii) a matéria nele vertida *inova* no ordenamento jurídico, ao alterar, no particular, a vigente disciplina do Código Civil, iii) possui o atributo da *generalidade*, eis que a alteração atingirá todas as demandas submetidas à apreciação do Poder Judiciário, iv) se afigura dotado de plena *coercitividade*, pois que, não observada a cláusula modificada, o direito material perderá sua exeqüibilidade, por superveniência de prescrição, e v) se revela compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio.

Quanto à técnica legislativa, entretanto, observamos a necessidade de se adequar a proposta aos ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que “dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona”.

Sugerimos, nesse sentido, a alteração da ementa do projeto, para conferir-lhe – mediante a permuta da sentença “que instituiu o Código Civil” pela designação “Código Civil”, entre parênteses, após a indicação da lei modificada, e a indicação do objeto da inovação pretendida – a precisão, a objetividade e a clareza exigidas pelo rigor da técnica de confecção das leis.

No que concerne ao mérito, revela-se indiscutivelmente auspiciosa a medida legislativa em apreço, destinada a retificar o momento em que se deve haver por interrompida a prescrição, em virtude da citação, nas causas cíveis em geral.

A matéria tem como fonte tanto o direito material, quanto o direito processual. Realmente, de acordo com Humberto Theodoro Júnior (**Comentários ao novo Código Civil**. Vol. III, Tomo I, 2003, p. 257), *o fenômeno [prescrição] é de direito material, mas realiza-se, na espécie, por meio de ato processual. Daí figurar sua disciplina tanto no direito civil como no processo civil.*

Nos termos da norma encartada no inciso I do art. 202 do novel Código Civil, a interrupção da prescrição, pela citação, opera-se **a partir do despacho do juiz** que, mesmo incompetente, ordenar a citação, diferentemente do que dispunha o vetusto Código Civil, cujo art. 172, inciso I, fixava o momento da interrupção no **ato de realização da própria citação**, *litteris*:

Art. 172. A prescrição interrompe-se:

I – pela citação pessoal feita ao devedor, ainda que ordenada por juiz incompetente.

.....

O Código de Processo Civil, de sua parte, estabelecia, por meio do art. 219, § 1º, com a redação atribuída pela Lei nº 5.925, de 1º de outubro de 1973, como momento determinante para a interrupção da prescrição a **data em que o juiz ordenava a citação**:

Art. 219.

§ 1º A prescrição considerar-se-á interrompida na data do despacho que ordenar a citação.

.....

Com a reforma promovida pela Lei nº 8.952, de 13 de dezembro de 1994, entretanto, o dispositivo do Código de Processo Civil acima transcrito passou a vigorar com a seguinte redação:

Art. 219.

§ 1º A interrupção da prescrição retroagirá à data da propositura da ação.

.....

Dessa forma, o instante em que se deveria haver por interrompida a prescrição deixou de ser o da mera prolação do despacho que ordenava a citação, passando a ser o da **propositura da ação** – evento que, segundo o art. 263 do Estatuto Processual, ocorre na ocasião em que o juiz despacha a inicial, nos locais onde há somente uma vara, ou simplesmente com a distribuição, onde há mais de uma vara.

O tratamento outorgado ao tema pela lei processual *tinha* (uma vez que o Código Civil de 2002 revogou, como mencionado, a regra do art. 219, § 1º do Código de Processo Civil) a grande vantagem de proporcionar maior segurança jurídica às partes, ao contrário da técnica de determinação do momento da interrupção da prescrição mediante **simples despacho**. Com efeito, de acordo com esse sistema, a parte, mesmo propondo a ação antes de consumada a prescrição, pode se ver prejudicada pela sua superveniente intercorrência, provocada pela imarcescível demora existente entre o ajuizamento da ação e o efetivo despacho ordenatório da citação, que pode variar, entre outros motivos, segundo o grau de asoberbamento do juízo.

O novo Código Civil, entretanto, ao dar nova disciplina à matéria, revogou tacitamente o § 1º do art. 219 do Código de Processo Civil, conforme se depreende do disposto no seu art. 202, inciso I:

Art. 202. A interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, dar-se-á:

I – por despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual;

.....

Vê-se, pois, que o momento em que ocorre a interrupção da prescrição tornou a ser a data do despacho do juiz, com todos os inconvenientes que dessa estipulação decorrem.

Em vista de tudo quanto exposto, deve-se, realmente, retornar à sistemática introduzida pela Lei nº 8.952, de 1994, que alterou o Código de Processo Civil, de modo que a prescrição tenha seu curso interrompido por ocasião da propositura da ação judicial, metodologia que menos controvérsia e insegurança jurídica acarreta. Eis a razão pela qual se afigura irrepreensível a modificação sugerida no projeto de lei em análise.

Ademais, a expressa previsão, no art. 2º do PLS nº 88, de 2004, de cláusula repristinatória do § 1º do art. 219 do Código de Processo Civil tem o mérito de afastar eventuais dúvidas concernentes ao momento da interrupção da prescrição.

No particular, impende salientar que o § 3º do art. 2º da Lei de Introdução ao Código Civil (Decreto-lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942) veda apenas que a lei revogada se restaure por ter a lei revogadora perdido a vigência, **caso não haja disposição expressa nesse sentido**, motivo pelo qual deve ser tida por lícita a repristinação expressa – diferentemente da tácita, não acolhida pelo ordenamento jurídico pátrio.

III – VOTO

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 88, de 2004, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1 – CCJ

Dê-se à ementa do PLS nº 88, de 2004, a seguinte redação:

Altera a redação do inciso I do art. 219 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para modificar a disciplina jurídica da interrupção da prescrição em decorrência da citação, e dá outras providências.

Sala da Comissão, 8 de abril de 2009.



, Presidente

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em Reunião Ordinária realizada nesta data, aprova o Projeto de Lei do Senado nº 88, de 2004, com a Emenda nº 1-CCJ de Relator e a Emenda nº 2-CCJ, abaixo descrita:

EMENDA Nº 2 – CCJ

Suprima-se o art. 2º do PLS nº 88, de 2004, transformando-se o atual art. 3º em art. 2º.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 88 DE 2004

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 08/10/2009, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

| | |
|---|--|
| PRESIDENTE: <u>Senador Demóstenes Torres</u> | |
| RELATOR: <u>Senador Antônio Carlos Valadares</u> | |
| BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB) | |
| MARINA SILVA <u>[assinatura]</u> | 1. RENATO CASAGRANDE <u>[assinatura]</u> |
| ALOIZIO MERCADANTE <u>[assinatura]</u> | 2. AUGUSTO BOTELHO <u>[assinatura]</u> |
| EDUARDO SUPPLY <u>[assinatura]</u> | 3. MARCELO CRIVELLA <u>[assinatura]</u> |
| ANTONIO CARLOS VALADARES <u>[assinatura]</u> | 4. INÁCIO ARRUDA |
| IDELI SALVATTI | 5. CÉSAR BORGES |
| EXPEDITO JÚNIOR | 6. SERYS SLHESARENKO |
| MAIORIA (PMDB, PP) | |
| PEDRO SIMON <u>[assinatura]</u> | 1. ROMERO JUCA <u>[assinatura]</u> |
| ALMEIDA LIMA | 2. LEOMAR QUINTANILHA |
| GILVAM BORGES | 3. GERALDO MESQUITA JÚNIOR |
| FRANCISCO DORNELLES | 4. LOBÃO FILHO |
| VALTER PEREIRA <u>[assinatura]</u> | 5. VALDIR RAUPP <u>[assinatura]</u> |
| WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA | 6. NEUTO DE CONTO <u>[assinatura]</u> |
| BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB) | |
| KÁTIA ABREU | 1. EFRAIM MORAIS |
| DEMÓSTENES TORRES <u>[assinatura]</u> | 2. ADELMIR SANTANA |
| JAYME CAMPOS <u>[assinatura]</u> | 3. RAIMUNDO COLOMBO |
| MARCO MACIEL <u>[assinatura]</u> | 4. JOSÉ AGRIPINO |
| ANTONIO CARLOS JÚNIOR | 5. ELISEU RESENDE |
| ALVARO DIAS | 6. EDUARDO AZEREDO <u>[assinatura]</u> |
| SÉRGIO GUERRA | 7. MARCONI PERILLO |
| LÚCIA VÂNIA <u>[assinatura]</u> | 8. ARTHUR VIRGÍLIO |
| TASSO JEREISSATI <u>[assinatura]</u> | 9. FLEXA RIBEIRO <u>[assinatura]</u> |
| PTB | |
| ROMEU TUMA | 1. GIM ARGELLO |
| PDT | |
| OSMAR DIAS | 1. PATRÍCIA SABOYA |

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: *PLS* Nº 88, DE 2004

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

| TITULARES – BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB e PRB) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | SUPLENTE – BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB e PRB) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
|---|-----|-----|-------|-----------|--|-----|-----|-------|-----------|
| MARINA SILVA | X | | | | 1 – RENATO CASAGRANDE | X | | | |
| ALOIZIO MERCADANTE | | | | | 2 – AUGUSTO BOTELHO | X | | | |
| EDUARDO SUFLICY | X | | | | 3 – MARCELO CRIVELLA | X | | | |
| ANTONIO CARLOS VALADARES | X | | | | 4 – INACIO ARRUDA | | | | |
| IDELI SALVATTI | | | | | 5 – CESAR BORGES | | | | |
| EXPEDITO JUNIOR | | | | | 6 – SERY S L HESSARENKO | | | | |
| TITULARES – PMDB e PP | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | SUPLENTE – PMDB e PP | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| PEDRO SIMON | X | | | | 1 – ROMERO JUCA | X | | | |
| ALMEIDA LIMA | | | | | 2 – LEOMAR QUINTANILHA | | | | |
| GILVAM BORGES | | | | | 3 – GERALDO MESQUITA JÚNIOR | | | | |
| FRANCISCO DORNELLES | | | | | 4 – LOBÃO FILHO | | | | |
| VALTER PEREIRA | X | | | | 5 – VALDIR RAUPP | X | | | |
| WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA | X | | | | 6 – NEUTO DE CONTO | | | | |
| TITULARES – BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | SUPLENTE – BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| KÁTIA ABREU | | | | | 1 – EFRAIM MORAIS | | | | |
| DEMÓSTENES TORRES | | | | | 2 – ADELMIR SANTANA | | | | |
| JAYME CAMPOS | | | | | 3 – RAIMUNDO COLOMBO | | | | |
| MARCO MACIEL | X | | | | 4 – JOSÉ AGRIPINO | | | | |
| ANTONIO CARLOS JÚNIOR | | | | | 5 – ELISEU RESENDE | | | | |
| ALVARO DIAS | | | | | 6 – EDUARDO AZEREDO | X | | | |
| SÉRGIO GUERRA | | | | | 7 – MARCONI PERILLO | | | | |
| LÚCIA VÂNIA | | | | | 8 – ARTHUR VIRGÍLIO | | | | |
| TASSO JEREISSATI | X | | | | 9 – FLEXA RIBEIRO | X | | | |
| TITULAR – PTB | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | SUPLENTE – PTB | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| ROMEU TUMA | | | | | 1 – GIM ARGELLO | | | | |
| TITULAR – PDT | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | SUPLENTE – PDT | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| OSMAR DIAS | | | | | 1 – PATRÍCIA SABOYA | | | | |

TOTAL: *16* SIM: *15* NÃO: *—* ABSTENÇÃO: *—* AUTOR: *—* PRESIDENTE *1*

SALA DAS REUNIÕES, EM 08 / 04 / 2009

Senador DEMÓSTENES TORRES
Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF) UNCCJ2009\Reunião_Votação nominal.doc (atualizado em 19/03/2009)

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

emendas n.ºs 1-CCJ e m.º 2-CCJ ao
PROPOSIÇÃO: PLS Nº 88, DE 2004

| TITULARES – BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB e PRB) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | SUPLENTE – BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB e PRB) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
|---|-----|-----|-------|-----------|--|-----|-----|-------|-----------|
| MARINA SILVA | X | | | | 1 – RENATO CASAGRANDE | X | | | |
| ALOIZIO MERCADANTE | | | | | 2 – AUGUSTO BOTELHO | X | | | |
| EDUARDO SUPLICY | X | | | | 3 – MARCELO CRIVELLA | X | | | |
| ANTONIO CARLOS VALADARES | X | | | | 4 – INACIO ARRUDA | | | | |
| IDELI SALVATTI | | | | | 5 – CESAR BORGES | | | | |
| EXPEDITO JUNIOR | | | | | 6 – SERYS SLHESARENKO | | | | |
| TITULARES – PMDB e PP | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | SUPLENTE – PMDB e PP | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| PEDRO SIMON | X | | | | 1 – ROMERO JUCA | X | | | |
| ALMEIDA LIMA | | | | | 2 – LEOMAR QUINTANILHA | | | | |
| GILVAM BORGES | | | | | 3 – GERALDO MESQUITA JUNIOR | | | | |
| FRANCISCO DORNELLES | | | | | 4 – LOBÃO FILHO | X | | | |
| VALTER PEREIRA | X | | | | 5 – VALDIR RAUPP | | | | |
| WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA | X | | | | 6 – NEUTO DE CONTO | | | | |
| TITULARES – BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | SUPLENTE – BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| KATIA ABREU | | | | | 1 – EFRAIM MORAIS | | | | |
| DEMÓSTENES TORRES <i>Presidente</i> | | | | | 2 – ADELMI R SANTANA | | | | |
| JAYME CAMPOS | | | | | 3 – RAIMUNDO COLOMBO | | | | |
| MARCO MACIEL | X | | | | 4 – JOSÉ AGRIPINO | | | | |
| ANTONIO CARLOS JUNIOR | | | | | 5 – ELISEU RESENDE | | | | |
| ALVARO DIAS | | | | | 6 – EDUARDO AZEREDO | X | | | |
| SÉRGIO GUERRA | | | | | 7 – MARCONI PERILLO | | | | |
| LUCIA VÂNIA | | | | | 8 – ARTHUR VIRGÍLIO | | | | |
| TASSO JEREISSATI | X | | | | 9 – FLEXA RIBEIRO | X | | | |
| TITULAR – PTB | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | SUPLENTE – PTB | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| ROMEU TUMA | | | | | 1 – GIM ARGELLO | | | | |
| TITULAR – PDT | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | SUPLENTE – PDT | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO |
| OSNIAR DIAS | | | | | 1 – PATRÍCIA SABOYA | | | | |

TOTAL: 16 SIM: 15 NÃO: — ABSTENÇÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 08/04/2009

Senador DEMÓSTENES TORRES

Presidente

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**

TEXTO FINAL

**Do Projeto de Lei do Senado nº 88, de 2004,
Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que:**

Altera a redação do inciso I do artigo 202 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para modificar a disciplina jurídica da interrupção da prescrição em decorrência da citação, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O inciso I do art. 202 da Lei nº 10.406, de janeiro de 2002, do Código Civil passa a ter com a seguinte redação:

Art. 202.

I – na data da propositura da ação judicial, ainda que perante juiz incompetente, desde que a citação seja promovida pelo interessado no prazo e na forma da lei processual. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 08 de abril de 2009.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....
Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:
I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;
.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Mensagem do voto
Vide Decreto nº 2.954, de 29.01.1999

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI Nº 3.071, DE 1º DE JANEIRO DE 1916.

Revogada pela Lei nº 10.406, de 10.1.2002

Código Civil

CAPÍTULO III

DAS CAUSAS QUE INTERROMPEM A PRESCRIÇÃO

Art. 172. A prescrição interrompe-se:

I - pela citação pessoal feita ao devedor, ainda que ordenada por juiz incompetente;

DECRETO-LEI Nº 4.657, DE 4 DE SETEMBRO DE 1942.

Vide Decreto-Lei nº 4.707, de 1942

Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro

.....
Art. 2º Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

.....
§ 3º Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
.....

LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973.

Texto compilado

Institui o Código de Processo Civil.

.....
Art. 219. A citação válida torna prevento o juízo, induz litispendência e faz litigiosa a coisa; e, ainda quando ordenada por juiz incompetente, constitui em mora o devedor e interrompe a prescrição. (Redação dada pela Lei nº 5.925, de 1º.10.1973)

§ 1º A interrupção da prescrição retroagirá à data da propositura da ação. (Redação dada pela Lei nº 8.952, de 13.12.1994)

LEI Nº 8.952, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1994.

Altera dispositivos do Código de Processo Civil sobre o processo de conhecimento e o processo cautelar.

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002.

ÍNDICE

Texto compilado

Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro

Vide Lei nº 11.698, de 2008

Institui o Código Civil.

Seção III

Das Causas que Interrompem a Prescrição

Art. 202. A interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, dar-se-á:

I - por despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual;
.....

RELATÓRIO

RELATOR: Senador JOÃO BATISTA MOTTA

I – RELATÓRIO

Vem a exame desta Comissão, para decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 88, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, *que altera a redação do inciso I do art. 202 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que instituiu o Código Civil, e dá outras providências.*

A proposta, como indica sua ementa, tem por escopo, na forma do art. 1º, alterar a redação do inciso I do art. 202 do Código Civil, para estipular que a interrupção da prescrição – que somente poderá ocorrer uma vez – dar-se-á, *na data da propositura da ação judicial, ainda que perante juiz incompetente, desde que a citação seja promovida pelo interessado no prazo e na forma da lei processual.* O art. 2º, por seu turno, determina a restauração da vigência do § 1º do art. 219 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1974 – Código de Processo Civil, *com a redação dada pela Lei nº 8.952, de 13 de dezembro de 1994.* Por fim, o art. 3º determina o início da vigência da Lei em que eventualmente se convolar o projeto na data de sua publicação.

Na justificação, afirma-se que, tal como está redigido o inciso I do art. 202 do vigente Código Civil, pode-se sustentar, *com solidez de argumentos, que o art. 219, § 1º, do Código de Processo Civil, o qual prevê a retroação dos efeitos da interrupção da prescrição à data da propositura da ação, restou revogado, reanimando-se, de certa forma, a norma inscrita no art. 172, I, do Código Civil anterior, que havia sido expungida pelo citado art. 219, § 1º, do Diploma Adjetivo.* Consigna-se, em seguida, que essa alteração *tem conseqüências nefastas de ordem prática, pois uma ação judicial, após ser*

proposta, pode levar um mês, dois meses ou mesmo mais de um ano para que o juiz aponha o seu despacho ordenador da citação, possibilitando até mesmo uma manobra astuciosa para se ver concretizada a prescrição pela inércia jurisdicional.

Defende-se, finalmente, ser mais coerente com nosso sistema jurídico atribuir, à parte interessada, o poder de provocar a interrupção da prescrição mediante o simples ajuizamento da ação, estabelecendo que, para o alcance efetivo de tal intento, torna-se imprescindível a citação válida do réu – conforme dispõe o Código de Processo Civil (CPC).

II – ANÁLISE

O PLS nº 88, de 2004 não apresenta vício de regimentalidade. Com efeito, nos termos do art. 101, incisos I e II, alínea *d*, do Regimento Interno desta Casa, compete à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade dos temas que lhe são submetidos, bem como, no mérito, sobre direito civil e direito processual.

Os requisitos formais e materiais de constitucionalidade, por sua vez, são atendidos pela proposição, tendo em vista que compete privativamente à União legislar sobre direito civil e direito processual, a teor do disposto no art. 22, inciso I, da Constituição Federal (CF), bem como por não ter sido vulnerada cláusula pétrea alguma. Ademais, a matéria se insere no âmbito das atribuições do Congresso Nacional, sendo livre a iniciativa parlamentar. Por fim, não se observa a incompatibilidade entre a proposta e o texto constitucional.

No que concerne à juridicidade, o projeto se mostra irretocável, porquanto *i)* o *meio eleito* para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado, *ii)* a matéria nele vertida *inova* no ordenamento jurídico, ao alterar, no particular, a vigente disciplina do Código Civil, *iii)* possui o atributo da *generalidade*, eis que a alteração atingirá todas as demandas submetidas à apreciação do Poder Judiciário, *iv)* se afigura dotado de plena *coercitividade*, pois que, não observada a cláusula modificada, o direito

material perderá sua exeqüibilidade, por superveniência de prescrição, e v) se revela compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio.

Quanto à técnica legislativa, entretanto, observamos a necessidade de se adequar a proposta aos ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que “dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona”.

Sugerimos, nesse sentido, a alteração da ementa do projeto, para conferir-lhe – mediante a permuta da sentença “que instituiu o Código Civil” pela designação “Código Civil”, entre parênteses, após a indicação da lei modificada, e a indicação do objeto da inovação pretendida – a precisão, a objetividade e a clareza exigidas pelo rigor da técnica de confecção das leis.

No que concerne ao mérito, revela-se indiscutivelmente auspiciosa a medida legislativa em apreço, destinada a retificar o momento em que se deve haver por interrompida a prescrição, em virtude da citação, nas causas cíveis em geral.

A matéria tem como fonte tanto o direito material, quanto o direito processual. Realmente, de acordo com Humberto Theodoro Júnior (**Comentários ao novo Código Civil**. Vol. III, Tomo I, 2003, p. 257), *o fenômeno [prescrição] é de direito material, mas realiza-se, na espécie, por meio de ato processual. Dai figurar sua disciplina tanto no direito civil como no processo civil.*

Nos termos da norma encartada no inciso I do art. 202 do novel Código Civil, a interrupção da prescrição, pela citação, opera-se **a partir do despacho do juiz** que, mesmo incompetente, ordenar a citação, diferentemente do que dispunha o vetusto Código Civil, cujo art. 172, inciso I, fixava o momento da interrupção no **ato de realização da própria citação**, *litteris*:

Art. 172. A prescrição interrompe-se:

I – pela citação pessoal feita ao devedor, ainda que ordenada por juiz incompetente.

.....

O Código de Processo Civil, de sua parte, estabelecia, por meio do art. 219, § 1º, com a redação atribuída pela Lei nº 5.925, de 1º de outubro de 1973, como *momento determinante para a interrupção da prescrição a data em que o juiz ordenava a citação*:

Art. 219.

§ 1º A prescrição considerar-se-á interrompida na data do despacho que ordenar a citação.

.....

Com a reforma promovida pela Lei nº 8.952, de 13 de dezembro de 1994, entretanto, o dispositivo do Código de Processo Civil acima transcrito passou a vigorar com a seguinte redação:

Art. 219.

§ 1º A interrupção da prescrição retroagirá à data da propositura da ação.

.....

Dessa forma, o instante em que se deveria haver por interrompida a prescrição deixou de ser o da mera prolação do despacho que ordenava a citação, passando a ser o da **propositura da ação** – evento que, segundo o art. 263 do Estatuto Processual, ocorre na ocasião em que o juiz despacha a inicial, nos locais onde há somente uma vara, ou simplesmente com a distribuição, onde há mais de uma vara.

O tratamento outorgado ao tema pela lei processual *tinha* (uma vez que o Código Civil de 2002 revogou, como mencionado, a regra do art. 219, § 1º do Código de Processo Civil) a grande vantagem de proporcionar maior segurança jurídica às partes, ao contrário da técnica de determinação do momento da interrupção da prescrição mediante **simples despacho**. Com efeito, de acordo com esse sistema, a parte, mesmo propondo a ação antes de consumada a prescrição, pode se ver prejudicada pela sua superveniente intercorrência, provocada pela imarcescível demora existente entre o ajuizamento da ação e o efetivo despacho ordenatório da citação, que pode variar, entre outros motivos, segundo o grau de assoberbamento do juízo.

O novo Código Civil, entretanto, ao dar nova disciplina à matéria, revogou tacitamente o § 1º do art. 219 do Código de Processo Civil, conforme se depreende do disposto no seu art. 202, inciso I:

Art. 202. A interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, dar-se-á:

I – por despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual;

.....

Vê-se, pois, que o momento em que ocorre a interrupção da prescrição tornou a ser a data do despacho do juiz, com todos os inconvenientes que dessa estipulação decorrem.

Em vista de tudo quanto exposto, deve-se, realmente, retornar à sistemática introduzida pela Lei nº 8.952, de 1994, que alterou o Código de Processo Civil, de modo que a prescrição tenha seu curso interrompido por ocasião da propositura da ação judicial, metodologia que menos controvérsia e insegurança jurídica acarreta. Eis a razão pela qual se afigura irrepreensível a modificação sugerida no projeto de lei em análise.

Ademais, a expressa previsão, no art. 2º do PLS nº 88, de 2004, de cláusula repristinatória do § 1º do art. 219 do Código de Processo Civil tem o mérito de afastar eventuais dúvidas concernentes ao momento da interrupção da prescrição.

No particular, impende salientar que o § 3º do art. 2º da Lei de Introdução ao Código Civil (Decreto-lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942) veda apenas que a lei revogada se restaure por ter a lei revogadora perdido a vigência, **caso não haja disposição expressa nesse sentido**, motivo pelo qual deve ser tida por lícita a repristinação expressa – diferentemente da tácita, não acolhida pelo ordenamento jurídico pátrio.

III – VOTO

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 88, de 2004, com a seguinte emenda:

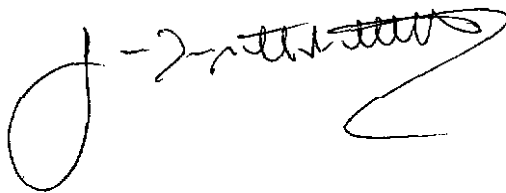
EMENDA Nº 1 – CCJ

Dê-se à ementa do PLS nº 88, de 2004, a seguinte redação:

Altera a redação do inciso I do art. 219 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para modificar a disciplina jurídica da interrupção da prescrição em decorrência da citação, e dá outras providências.

Sala da Comissão,

, Presidente

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized 'J' followed by a series of loops and a long horizontal stroke.

, Relator

SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Ofício nº 60/09-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 8 de abril de 2009.

Excelentíssimo Senhor
Senador **JOSÉ SARNEY**
Presidente do Senado Federal

Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela **aprovação**, com as Emendas nº 1 – CCJ e nº 2 – CCJ, do Projeto de Lei do Senado nº 088, de 2004, que “Altera a redação do inciso I do artigo 202 da Lei nº 10406, de 10 de janeiro de 2002, que instituiu o Código Civil, e dá outras providências. (Dispõe sobre a interrupção da prescrição em decorrência da citação, com efeitos antecipados ao momento da propositura da ação judicial)”, de autoria do Senador Demóstenes Torres.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente,



Senador **DEMÓSTENES TORRES**
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Publicado no DSF, de 1/5/2009.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF

(OS:12175/2009)